



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS		<i>CORREIO DA MANHÃ</i>	24. SET. 1979
COMÉRCIO DO PORTO			

Primeiro-Ministro acusa «espartilho» orçamental

Maria de Lurdes Pintasilgo aparenta já não ter ilusões quanto às possibilidades reais que lhe restam para conseguir resolver algumas questões que se propôs solucionar quando iniciou o seu mandato. Este e outros problemas, designadamente relativos ao termo da vigência do V Governo e à actuação do Presidente da República, são focados pelo Primeiro-Ministro em entrevista ontem publicada no «Jornal de Notícias» do Porto.

A entrevistada reconhece que «a acção do Governo é mais difícil em termos de questões sociais e económicas, onde o espartilho, se possa chamar assim, do Orçamento Geral do Estado nos impede de fazer transformações profundas».

Empossada à frente de um Executivo que dispõe de uma curta esperança de vida, Lurdes Pintasilgo não se eximiu à promessa, feita aquando da apresentação do programa, de minorar a situação difícil prevalente nas camadas economicamente mais débeis da população. Apesar de reconhecer que «ainda não tem um mês de acção real», o Primeiro-Ministro refere-se ao espartilho «que impede a melhoria de condições respeitantes à habitação, à saúde, a tudo o que é cobertura social, e às leis do trabalho». Em todo este domínio, assinala o Chefe do Governo, não podemos satisfazer as medidas necessárias «justamente pela limitação do Orçamento Geral do Estado».

Outro estrangulamento na actividade governativa, igualmente atribuído ao Orçamento e ao facto de estar a governar no último trimestre deste diploma, é aquele que diz respeito «ao apoio que era indispensável dar nesta fase às pequenas e médias empresas». O Primeiro-Ministro refere-se ainda, no que respeita à fragilidade da actuação governamental, às preocupações relativas ao aumento da produção agrícola, tida como «um dos objectivos dominantes deste Governo».

MANDATO TERMINA COM ELEIÇÕES

Lurdes Pintasilgo recorda nesta entrevista que considerava «subjectivamente terminado» o seu mandato a seguir às eleições. E precisou que, na altura verã com o Presidente da República «e, inclusivamente, em diálogo com outras forças políticas, qual a melhor maneira de dar tradução objectiva àquilo que é uma interpretação subjectiva». Resumindo a questão, adiantou: «ou peço a demissão ou o sr. Presidente da República me exonera».

Esclarecendo aquilo que afirmara ao «Die Welt» acerca da posição do Presidente da República face às condições que este poderá vir a colocar para a posse de um Governo depois das eleições legislativas, Lurdes Pintasilgo adiantou que, nestas condições, «as premissas que estavam de pé para uma determinada constituição da Assembleia da República não ficam necessariamente de pé após uma consulta imediata à população». O Chefe do Governo tem o cuidado de elucidar que se baseia em afirmações anteriormente feitas pelo Presidente da República. «Não inventei nem é uma especulação da minha parte», sublinhou.

EQUIDISTÂNCIA É SECUNDÁRIA

A escolha de Maria de Lurdes Pintasilgo para o cargo que agora desempenha foi possível este



ano, segundo a entrevistada, porque, quando aconteceu, «o perfil, ou a possibilidade de equidistância do Primeiro-Ministro em relação aos partidos, já se punha com carácter secundário». No entanto, um ano antes, acrescenta, a sua indignação não fora possível por que o Presidente «estava a escolher um certo Governo para durar». Nessas condições «bem concretas» isso exigiria, adianta o Primeiro-Ministro, «uma pessoa que não tivesse nenhum recorte político no seu perfil».

OUVIR AS SUGESTÕES

«As pessoas não têm apenas reivindicações a fazer, mas têm também sugestões da maneira como isso poderia ser feito», salienta Lurdes Pintasilgo acerca da experiência que recolheu da sua deslocação à Beira.

O que preocupa e interessa o Chefe do Governo quando promove o contacto com as populações «é que sejam dadas respostas, hoje, às pessoas que põem problemas (...) e que se encontrem soluções que possam, de alguma forma, abrir caminho para os Governos que venham a seguir poderem utilizar o mesmo tipo de solução pragmática». Esta orientação escolhida pelo Primeiro-Ministro «não tem nada de transcendente e muito menos sequer de ideológico». Trata-se, assim, de «uma tentativa de resolução pragmática dos problemas», sublinhou a entrevistada.

FEUDALISMO, CAPITALISMO E COLECTIVISMO

Lurdes Pintasilgo não está de acordo com os que sustentam que em Portugal tem havido nos últimos tempos uma política de recuperação capitalista. E isso porque «nunca chegámos a ter capitalismo a sério», afirma. Mais adiante, o Primeiro-Ministro caracteriza os tempos anteriores ao 25 de Abril como uma «realidade que era pré-capitalista e na maioria das empresas era, ao fim e ao cabo, um regime feudal».

Para a entrevistada, o que lhe «parece que existiu a seguir foi uma tentativa de transformação de estruturas, que ainda não eram capitalistas, em estruturas colectivistas e, necessariamente, nem uma coisa nem outra funcionou de uma forma adequada».